

Restrição comercial afeta menos que os juros dos EUA

Os países mais endividados perderam mais nos últimos anos com a elevação das taxas de juros, do que com as restrições ao livre comércio. Esta foi a tônica de depoimentos dos representantes do Brasil, México e Filipinas na reunião ministerial organizada pelos Estados Unidos para tratar das questões mais importantes e prementes do comércio internacional. A reunião de Washington, realizada de quinta-feira até ontem, contou com a presença dos ministros brasileiros Ernane Galvêas, da Fazenda, e Delfim Netto, do Planejamento.

O Ministério da Fazenda divulgou ontem, nota à imprensa, em que enfatiza a posição defendida pelo ministro Galvêas que propõe tanto a abertura do comércio, quanto adequadas condições para os reescalonamentos das dívidas externas. Segundo a nota, Galvêas informa que houve consenso entre os participantes da reunião no sentido de que é imperioso reforçar a competência e a autoridade do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) para implementar rapidamente diversas medidas de interesse dos países em desenvolvimento. Entre estas medidas estão citadas a complementação do código de subsídios; regulamentação das medidas de salvaguarda e participação ativa no julgamento dos conflitos derivados das medidas

anti-dumping e de direitos compensatórios. A explicação foi dada pelo coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério, Tarcisio Marciano da Rocha.

Os países em desenvolvimento propõem também que se imponha maior disciplina sobre medidas protecionistas, principalmente as não-tarifárias, no contexto das atribuições do GATT. Esta tese, aliás, tem respaldo entre grande número de países industrializados.

A reunião ministerial, realizada em sessões intensivas durante estes três dias, dedicou suas atenções aos problemas financeiros ligados à crise mundial. Uma das conclusões é de que a recuperação do comércio internacional depende em grande medida da solução dos problemas de liquidez dos países em desenvolvimento. Outro termo exaustivamente debatido foi o protecionismo interno dos países industrializados.

Participaram da reunião o primeiro-ministro da Nova Zelândia; o vice-primeiro ministro da Austrália e os ministros de Finanças, Comércio e Indústria do Brasil, Canadá, França, Índia, Japão, México, Filipinas, Coreia do Sul, Suécia, Iugoslávia e Estados Unidos, além de dirigentes do FMI, GATT e Comunidade Econômica Europeia.